



A MORTE EM A PASSAGEM TENSA DOS CORPOS, DE CARLOS BRITO E MELLO: LITERATURA E BIOPOLÍTICA

Diana Milena Heck⁸

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

116

Resumo: A partir do século XIX houve uma significativa mudança em relação ao poder sobre o indivíduo e seu corpo, bem como da morte e suas práticas. A biopolítica, conceito proposto por Michel Foucault, nos anos 70, se dá justamente no contexto dessas grandes mudanças e passa a substituir a ideia de “fazer morrer ou deixar viver” pela de “fazer” viver e “deixar” morrer. A análise da morte e do morrer na Literatura, por sua vez, pode proporcionar uma visão de como o fenômeno se transforma histórica e geograficamente, pois é parte do intenso diálogo com outros saberes, comuns e sociológicos. Diante do exposto, objetiva-se discutir como o conceito da biopolítica e sua relação com a morte está problematizado na Literatura, a partir da análise do romance brasileiro *A passagem tensa dos corpos*, de Carlos de Brito e Mello (2009).

Palavras-Chave: Biopolítica; Literatura Brasileira Contemporânea; Morte.

Resumen: A partir del siglo XIX hubo un significativo cambio en relación al poder sobre el individuo y su cuerpo, bien como de la muerte y sus prácticas. La la biopolítica, concepto propuesto por Michel Foucault, en los años 70, ocurre justamente como reflejo de los grandes cambios y pasa a sustituir la idea de “hacer morir o dejar vivir” por la de “hacer” vivir y “dejar” morir. El análisis de la muerte y del morir en la Literatura, por su vez, puede proporcionar una mirada de cómo el fenómeno se transforma histórica y geográficamente, pues hace parte de un intenso dialogo con otros saberes, comunes e ideológicos. Delante lo expuesto, se objetiva discutir como el concepto de la biopolítica y su relación con la muerte está problematizado en la Literatura, a partir del análisis de la novela brasileña *A passagem tensa dos corpos*, de Carlos de Brito e Mello (2009).

Palabras-Claves: Biopolítica; Literatura Brasileña Contemporânea; Muerte.

Morte e biopolítica

⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel, sob orientação da Professora Dra. Regina Coeli Machado e Silva.



Morrer nem sempre teve a mesma conotação que se tem hoje. Assim como é possível estudar a transformação da história de um povo, também pode-se perceber que as práticas e ritos em relação à morte mudam ao longo dos séculos. A maioria dos estudos relacionados à morte e ao morrer no Ocidente⁹ partem, geralmente, da Idade Média, o que não descarta que antes já haviam práticas bem definidas e que influenciaram a permanência ou a mudança do que ocorria naquele período.

Partindo, portanto, da Idade Média, percebe-se que o entedimento sobre a morte era mais naturalizado, ou seja, as pessoas sabiam que iriam morrer e não demonstravam grande preocupação ou medo com seu fim, pois, para elas, o evento biológico era uma certeza bem aceita. Como os recursos médicos eram muito diferentes dos que se têm hoje, as pessoas não tinham grandes conhecimentos de suas doenças ou de como prevenir e tratar os males que conheciam. Desse modo, não havendo muitas explicações científicas para moléstias graves e mortes súbitas, as pessoas se apegavam a uma crença sobrenatural para tentar explicar o que não sabiam. Assim, acreditava-se que, quando chegasse a hora, seriam avisadas, por meio de algum sinal, que a morte estava próxima. Esse aviso poderia se manifestar de diversas formas. Não havia uma lógica bem definida. Dependia muito do que a pessoa acreditava ser um sinal divino que pudesse avisá-la sobre seu fim. Desse modo, conforme Philippe Ariès (2014, p. 09) comenta,

[...] esse maravilhoso legado das épocas em que era incerta a fronteira entre o natural e o sobrenatural mascarou, aos observadores românticos, o caráter positivo, muito enraizado na vida cotidiana, da premonição da morte. Mesmo quando acompanhado de prodígios, considerava-se um fenômeno absolutamente natural que a morte se fizesse anunciar.

Mas essa não foi uma característica permanente. O comportamento diante da morte e do corpo morto foi se alterando ao longo dos séculos. Cada vez mais a intolerância sobre a naturalidade do evento tomou conta das práticas sociais e culturais relacionadas à morte. Morrer se tornou um ato cada vez mais solitário e

9 Leva-se em consideração que a cultura e as práticas sobre a morte no Oriente não sejam as mesmas que as do Ocidente.



afastado da família, além de mais temido e evitado. Ainda segundo Ariès (2003, p. 35-36),

Em um mundo sujeito à mudança, a atitude tradicional diante da morte aparece como uma massa de inércia e continuidade. A antiga atitude segundo a qual a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente à nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome.

118

Indo ao encontro com o que Ariès menciona, pode-se dizer que a morte se tornou um tema interdito socialmente, pois morrer deixou de ser natural e não é mais um evento familiar, que ocorre em casa. As pessoas passaram a falecer em hospitais, sozinhas e cercadas por pessoas desconhecidas. Segundo Foucault (2000, p. 295), morrer “[...] se tornou a coisa mais privada e vergonhosa (e, no limite, é menos o sexo do que a morte que hoje é objeto do tabu)”.

Fazendo uma rápida comparação com a mudança de perspectiva em relação à morte, desde a Idade Média até a atualidade, percebe-se que Ariès (2014), ao denominar a morte mais antiga como domada e a atual como selvagem, fez uma observação pertinente sobre a caracterização do evento em tempos distintos.

Se, na Idade Média, a morte era naturalizada, isso quer dizer que não havia necessidade de lutarem contra ela, de domarem algo incontrolável e amedrontador para a sociedade. Já a alegação de que a atualidade vê a morte como selvagem causa justo o contrário. Hoje em dia há uma necessidade ferroz de lutar contra a morte, principalmente com o avanço da ciência e da medicina, que renovam descobertas que prometem retardar o envelhecimento, prevenir doenças e prolongar a vida de pacientes, mesmo que estes já estejam em fases terminais. Tais políticas de manutenção da vida estão inseridas no que Foucault (2000) denominou de biopolítica, que visa disciplinar e governar a sociedade.

Levando em consideração o exposto acima, sobre a mudança de pensamentos e práticas em relação à morte, é importante destacar como isso afetou a contemporaneidade.



Segundo Norbert Elias (2001), a atitude em relação à morte muda nas sociedades atuais tendo em vista fatores como o avanço da medicina e, conseqüentemente, o aumento da expectativa de vida. A ciência, nesse sentido, é uma grande aliada, pois permitiu ao homem melhorar sua condição de vida, mesmo diante de uma doença, que em outros tempos seria rapidamente mortal. As enfermidades passaram a ser mais previsíveis, pois se conhece mais sobre o corpo humano. Diante disso, diminuiu a necessidade de poderes protetores supra-humanos, pois o homem se sente mais seguro em relação à vida e aos mecanismos de defesa sobre a doença e a morte. Para o autor,

119

[...] a atitude em relação à morte e a imagem da morte em nossas sociedades não podem ser completamente entendidas sem referência a essa segurança relativa e à previsibilidade da vida individual – e à expectativa de vida correspondentemente maior. A vida é mais longa, a morte é adiada (ELIAS, 2001, p. 15).

Se houve avanço dos saberes médicos, aumento da expectativa de vida e certa previsibilidade da vida, porque ainda a morte é tão temida? Não seria mais lógico que o comportamento diante do evento pudesse mudar, já que se tornou mais fácil prolongar a vida, evitar doenças ou curar o que antes nem se tinha conhecimento? Fato é que as pessoas se sentem mais seguras em relação à várias situações, sabem que podem tratar e curar alguns males, mas o pior de todos, a morte, pode ser até adiado, mas não completamente controlado. Atualmente há uma necessidade de fingir que a morte e o medo dela não existem. Becker (1995, p. 30), ao citar Zilboorg (1943), fala sobre reprimir o medo da morte, ou seja, ele precisa ser mantido em segredo, deve ser feito um “[...]esforço psicológico constante no sentido de manter a tampa fechada e, no íntimo, nunca relaxar nossa vigilância”. Isso quer dizer que se deve mascarar o medo da morte, pois se há tantas possibilidades de manter-se vivo, e se a “lei” para as condutas é mostrar-se absolutamente feliz, não seria condizente aparentar ter medo de algo que se quer tão distante, como se não existisse.



Concomitantemente ao avanço da medicina, houve também maior controle sobre o corpo e sobre a vida. O homem passou a ter mais conhecimento sobre o corpo humano e sobre o que poderia causar danos, retardos, envelhecimento e falhas. O corpo passou a ser uma máquina, que pode ser reparada, retocada e refeita através de vários recursos médicos e estéticos. A ideia sempre é a de evitar a morte e/ou não aparentar estar próximo dela.

Para Foucault (2000, p. 302), “a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinadores e efeitos regulamentadores”, mas toda essa mudança de hábitos em relação à preservação da vida e ao avanço da medicina não aconteceria “[...] se o temor da morte não fosse constante. O próprio termo “autopreservação” dá a entender um esforço contra alguma força de desintegração: o espaço afetivo disso é o temor, temor da morte” (ZILBOORG, 1943 *In* BECKER, 1995, p. 30).

Neste sentido, Foucault e Zilboorg dialogam e explicam o atual comportamento diante de tudo que envolve o corpo e a morte. É justamente pelo constante medo que se desenvolve tanta pesquisa e avanço no campo da medicina, promovendo medidas para afastar e retardar cada vez mais a morte do contato humano. Sabe-se que ainda o homem não foi capaz de evita-la completamente, mas o fato de retardá-la, mesmo que seja pela manutenção da vida por aparelhos, já lhe garante um controle da vida infinitamente maior do que havia na Idade Média, por exemplo.

O saber-poder sobre o corpo e sobre a população e a ideia do controle da vida foi identificado como uma biopolítica. O termo foi forjado por Michel Foucault, em 1970 e estaria na origem de formas sutis e poderosas de exercício de poder, já que a vida e a morte dependem da vontade de um ser superior, o soberano. O autor afirma que

[...] uma das maciças transformações do direito político no século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar, esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – por um outro



direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas que vai penetrá-lo, atravessá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou antes um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer (FOUCAULT, 2000, p. 287).

O autor ainda complementa que a disciplina visa “[...] reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem se vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 222, p. 289), ressaltando a ideia de que a biopolítica surge, ao final do século XVIII, como um sistema de reorganização social, ou seja, o homem percebe que já pode controlar alguns acontecimentos e, com isso, garantir um maior controle da população. Foucault cita, por exemplo, que os primeiros “problemas” dos quais a biopolítica se ocupou foram os processos de natalidade, mortalidade e longevidade, ou seja, controle populacional.

Diante do exposto, objetiva-se pensar como essa biopolítica envolvendo a mudança de comportamento e de significados em relação à morte ao morrer é tematizada na Literatura. Inseparável do contexto social, a Literatura busca problematizar esse contexto, inserido em um diálogo feito entre os saberes comuns e específicos. Para tanto, analisar-se-á o romance brasileiro *A passagem tensa dos corpos*, de Carlos de Brito e Mello.

***A passagem tensa dos corpos*: reflexões sobre morte e biopolítica**

Carlos de Brito e Mello é um jovem autor brasileiro, ainda com poucas publicações, mas que demonstra grande interesse pelo tema da morte. Seu primeiro livro, *O cadáver ri dos seus despojos* (2007), é uma coletânea de contos em que a morte é tema central. Em *A passagem tensa dos corpos* (2009), romance, novamente a morte surge como foco na narrativa. Em seu último livro publicado, *A cidade, o inquisidor e os ordinários* (2013), a morte não ocupa o posto de protagonista temática. Esta seria uma história que alterna comédia, observação dos costumes e crítica social.



O romance a ser analisado neste trabalho conta a história de um narrador, cujo objetivo seja narrar as mortes que acontecem nas cidades do estado de Minas Gerais, como o mesmo diz: “Visitei cidades com o intuito de registrar as mortes mais recentes que nelas ocorressem, permitindo-me, às vezes, narrar as condições que antecederam ou sucederam o óbito, para que se compreendesse que ao redor da morte não se permanece incólume” (MELLO, 2009, p. 140).

Quando o narrador diz que “ao redor da morte não se permanece incólume” é possível estabelecer um diálogo com o que foi exposto na sessão anterior, sobre o pensamento e práticas em relação à morte ao longo dos séculos. Com o avanço da ciência e medicina acreditou-se que o homem teria maior domínio sobre o corpo e sobre a morte. A ideia de “deixar morrer”, de Foucault, ressalta esse pensamento, pois se é possível deixar morrer, quer dizer que há um domínio sobre o corpo e sobre a manutenção da vida, mas o narrador do romance de Mello, ao afirmar que diante da morte nada permanece intacto, quebra essa pseudo certeza estabelecida social e culturalmente na atualidade, ou seja, o mesmo demonstra, por meio de inúmeros registros de morte, que ela ainda não pode ser vencida pelo homem. A natureza da morte é infinitamente mais forte do que a humana, pois ainda continua sendo, mesmo que evitada, a maior certeza da humanidade.

Além disso, Mello propõe uma série de reflexões sobre a morte e o morrer em sua narrativa. No capítulo um do romance há o primeiro relato de morte, o de um homem que foi crucificado, em Bom Jesus do Galho. O narrador termina este capítulo dizendo: “Toda palavra proferida ao redor da morte comporta, pelo menos, um fonema enlutado, e as perturbações de fala são formas pelas quais morrer obseda a língua” (MELLO, 2009, p. 12).

A maneira como o narrador fala da morte encontra ressonâncias entre o que se problematiza nos saberes sociológicos sobre o comportamento em relação à morte no Ocidente e também está presente, direta ou indiretamente, no pensamento das pessoas. O autor pode não ter lido livros que falem sobre a morte e o morrer no contexto recente, mas é algo experimentado em suas práticas e saberes no cotidiano. Quando o narrador anuncia que “morrer obseda a língua”, quer dizer que



a morte perturba, seja através da linguagem, do pensamento ou por presenciar uma cena de morte. A mesma está sempre atormentando o sonho de imortalidade humana.

Mais adiante, o narrador reflete sobre a importância da morte do outro, pois “a paz prometida ao falecido camufla a verdadeira e única paz oferecida pelo falecimento, a saber a paz de quem, acompanhando o féretro, constata que ainda não foi a sua vez” (MELLO, 2009, p. 13). Isso se explica porque a morte e o morrer continuam a ser considerados tabus, desde o século XIX. O novo comportamento sobre o assunto foi o de aparentar o mínimo sofrimento diante da morte de outra pessoa, além de não mencionar a própria. Mas, por mais interdita que seja, a mesma continuou sendo assunto popular, porém de forma impessoal. Fala-se sobre a morte de outras pessoas, contam-se “casos de morte”, o que afasta a ideia de estar dizendo sobre algo mórbido ou íntimo, pois discorrer sobre a morte do outro (não familiar) não gera comoção e, como Heidegger (2002, p. 36) diz: “*o impessoal não permite a coragem de se assumir a angústia com a morte*” (grifos do autor), ou seja, enquanto for sobre a morte de outro gera-se o conforto de que não é a própria.

Sobre o rito, há uma passagem em que o narrador afirma que “o rito é fundamental” (MELLO, 2009, p. 128) e isso se relaciona com toda a história da morte no Ocidente, pois sempre houve rito. O que acontece com o passar dos séculos é que as práticas mudam, mas a realização de um ritual para demarcar a passagem do estar e não estar sempre aconteceu, seja para impedir que o morto voltasse ao mundo dos vivos, por medidas higiênicas ou pelo anseio de despedir-se e providenciar uma morada ao defunto, os túmulos, que simboliza, de certa forma, que o finado ainda está perto.

Ainda sobre o rito, o narrador explica os motivos do enterro:

Caixões herméticos, buracos profundos, lápides pesadas, placas grossas de mármore e granito têm, por um lado, a função de impedir o retorno do defunto. Por outro, de conformar o chão sólido e confiável sobre o qual podemos pisar, erguer nossa civilização, alimentar nossas crenças e produzir nossos amores (MELLO, 2009, p. 226).



Relacionando a citação do romance com a história da morte, destaca-se o que Chiavenato (1998) explica sobre como eram feitos os sepultamentos ao longo dos tempos e porque o faziam daquela forma. Um exemplo seria o dos homens primitivos, que inventaram um processo funerário chamado "pedra tumular", que consistia em jogar uma pedra grande e pesada o bastante para esmagar e mutilar o corpo morto, para que não houvesse possibilidade de este estar inteiro para voltar e assombrar os vivos. A expressão enterrar a "sete palmos" também é milenar. Quando surgiu a crença de que o homem era corpo e alma, enterrava-se o morto mais fundo, assegurando aos vivos que o defunto não conseguiria sair através dos sete palmos em que havia sido enterrado.

Isso demonstra que os sepultamentos começaram a ser feitos com o intuito de se livrar do corpo e impedir o retorno do defunto, como também explica o narrador do romance. Além disso, o final da passagem acima destaca também a importância da morte para a manutenção da vida e de uma sociedade. Sobre os túmulos erguem-se novas civilizações, ou seja, através da morte e do tempo a História é refeita, reelaborada e a vida continua. Se, por um lado, a morte é temida e evitada, por outro, é necessária, já que sem ela não seria possível renovar, constantemente, o ciclo da vida humana. Partindo da ideia de que a morte é necessária para que haja vida, observa-se que há uma passagem no romance que aborda justamente esta questão:

Ninguém vive sem um bom morto. No entanto, é preciso fazê-lo desaparecer completamente, resgatando-o, em seguida, sob forma de alicerce, adubo ou memória mantendo-o fora do campo de visão e testemunho, mas trazendo— sempre secretamente, às costas, quando se configura um modo superior de possessão, de emprego, de permanência. Toda cidade é fundada assim, e toda morte nova reafirma sua existência (MELLO, 2009, p. 226).

Há, neste trecho, o sentimento de que a morte é necessária, mas que precisa atuar nos bastidores, ou seja, sem causar grandes percepções e comoções. Todos sabem que a morte existe, mas fingem, mesmo quando diante de um evento fúnebre, que isso só acontece com o outro, pois, como já abordado neste trabalho, a



morte de outro garante a satisfação de que quem assiste ainda está vivo. Ainda sobre a citação do romance, há a retomada da ideia de que a morte é base para a fundação e continuação de um espaço.

Partindo para uma análise interna do texto, é possível afirmar que o narrador, ao apropriar-se das mortes alheias, também reconstrói sua história, pois vai se edificando novamente, se transformando em humano. Assim como a morte é essencial para a reafirmação da História e do espaço, para o narrador a mesma é imprescindível para sua própria continuação.

A partir de alguns fragmentos do texto, percebe-se, portanto, que o autor apresenta um comportamento diante do tema pertinente à época em que vive, o que demonstra que todos são criados dentro de um sistema cultural e que algumas práticas e discursos estão enraizados, muitas vezes, sem que os sujeitos pensem porque agem desta forma e se sempre foi assim. No caso da morte, sabe-se que o comportamento mudou ao longo dos séculos e que hoje prevalece o medo e o afastamento do único evento biológico que é, ao mesmo tempo, natural e certo, pois quem nasce, obrigatoriamente, morre.

Voltando ao narrador do romance, que observa e descreve “[...] gente morta reunindo-a em um arquivo composto de outras mortes observadas por [ele] e reconhecidas e confirmadas pela comunidade onde viveu” (MELLO, 2009, p. 19 – grifos da autora), nota-se que este se ocupa de um ofício que pode ser caracterizado como macabro, mas que é necessário. É imprescindível que sejam relatadas as mortes, seja de pessoas conhecidas ou não, para que a História continue sendo contada e para a preservação da memória de outro período. De modo geral, a humanidade, em toda sua existência, carregou a História que é contada hoje e assim será com as gerações atuais e futuras. As histórias que contarem sobre os que ainda morrerão definirá o perfil das sociedades e culturas do século XXI e assim por diante.

Os relatos de mortes no romance são feitos em capítulos separados, como se noticiassem os eventos de um determinado dia. O narrador não anuncia a data do



óbito, mas centra a descrição na cidade e como as pessoas morreram, tal como segue:

Em um entroncamento da galhada de uma goiabeira, posicionada no centro do quintal florido, virente e frutuoso, um homem foi crucificado” (MELLO, 2009, p. 11).

Em Claro dos Porções, um poeta que cuidava da métrica de seu último verso foi perfurado nas costas por um instrumento de capinar, retendo-o nas vértebras [...] Em Dores de Campos, dois namorados decidiram comemorar o reatamento copulando nas águas sensuais de uma cachoeira afogando-se em seguida [...]” (MELLO, 2009, p. 16).

Em Rio Acima, uma senhora morreu porque tinha encefalite. Uma jovem de Maria da Fé morreu porque tinha vergonha. Em São Bento Abade, outra senhora morreu porque tinha preguiça. Em São Sebastião do Anta, um senhor morreu porque tinha bronquite (MELLO, 2009, p. 190).

A partir dos relatos acima, compreende-se que o narrador se ocupa da descrição de qualquer tipo de morte, desde a mais cruel até a que soa metafórica, pois não se trata apenas da morte biológica. Alguém pode, biológica e metaforicamente, morrer de vergonha ou preguiça. Pode morrer simbolicamente frente àqueles com quem convive mais próximo. Desse modo, o narrador vai construindo uma memória a partir do obituário que faz das mortes que acontecem em Minas Gerais, mas este não é seu objetivo principal. Por meio dos registros e narrações de mortes alheias, ele se alimenta: “a morte faz restos, e os restos concernem a mim (MELLO, 2009, p. 15).

Das falas do narrador, percebe-se que o mesmo não é humano, mas que deseja ser, pois, a partir da narração de mortes, se apropria dos restos humanos para se constituir corpo, como demonstrado na seguinte passagem: “sou narrador, e toda constituição que eu desejar só poderá advir da linguagem que, ao mencionar o morto, tira dele algo para meu pertencimento” (MELLO, 2009, p. 108).

Desse modo temos a configuração da narrativa de Mello, cujo protagonista é um “coleccionador” de óbitos com o objetivo de se tornar humano apropriando-se do que sobra da morte alheia. Acontece que, para que a narrativa tenha seu ponto alto, algo de diferente precisa ocorrer, pois seria muito fácil para esse narrador deixar a



posição de linguagem para transformar-se em corpo, já que a cada minuto alguém pode morrer e o mesmo, rapidamente, obteria êxito em sua transformação.

Desse modo, ocorre algo surpreendente para o narrador. Em alguma cidade, não citada, um homem é envenenado e morre, mas o mesmo não é declarado morto para a comunidade onde vivia, não recebe os ritos funerários, muito menos é enterrado. Diante de tal situação, o narrador fica impossibilitado de apropriar-se dessa vítima, a que seria a última, pois o mesmo só pode narrar e consumir o sujeito que é declarado morto. Como a família não o fez, a tarefa do narrador não é mais relatar essa morte, mas fazer com que a mesma seja reconhecida e ritualizada.

O narrador chama o defunto não declarado de C., pois, como sua morte não é oficial, fica impedido de dizer seu nome completo e sua cidade. Ele precisa que “[...] algum familiar encare o cadáver, que me dê mostras evidentes de que reconhece e atesta a morte, que assuma incontestavelmente o luto e providencie os ritos fúnebres” (MELLO, 2009, p. 23), pois “[...] se um morto não comparece ao próprio velório, se não é rodeado e conduzido por chorões até sua vala, se não é coberto de terra ao som monocórdio das orações, se não é chamado de morto em nenhuma cerimônia realizada em sua memória, não posso registrá-lo” (MELLO, 2009, p. 19).

Sendo assim, o narrador enfatiza a necessidade do rito, do enterro, de que hajam pessoas da comunidade para se certificarem que C. está realmente morto. Desde sempre a morte é um evento social. Sendo em casa ou em outro local, o defunto sempre foi velado por familiares, conhecidos, amigos e curiosos. Há uma necessidade cultural de certificar a morte de um indivíduo, de presenciar seu rito de passagem, de realizar alguma cerimônia que indique que o sujeito passará a ocupar um espaço no “mundo dos mortos”. Neste sentido, o autor do romance dialoga com os rituais fúnebres praticados até hoje no Ocidente.

O autor divide, portanto, a história em duas narrativas: uma seria o relato de mortes que acontecem em Minas Gerais, e a outra se centra no misterioso caso da morte não declarada de C.



Como o narrador pode ser onipresente, está e sabe de todos os ocorridos dentro do espaço demarcado por ele. Sendo assim, pode transitar e acompanhar tudo que acontece na casa de C. sem que ninguém da família tome conhecimento disso. Assim, o narrador passa a vigiar constantemente a mãe, filha e filho de C. no intuito de descobrir porque não oficializam sua morte diante da comunidade onde vivem.

No momento da morte de C. todos os demais moradores da casa agiram como se nada de errado estivesse acontecendo, o que justifica a hipótese de assassinato do narrador:

Na cozinha, a esposa está calada.
A filha continua deitada no sofá em um cômodo ao lado.
No quarto do filho, a porta bateu.
O envenenado contorceu-se até atingir um canto da sala e ali ficou. [...]
As contorções pararam. Onde estão os médicos, uma enfermeira, a esposa do homem, seu jovem filho, que não cheguei a ver, e a filha, que não retorna? (MELLO, 2009, p. 21).

Após esse episódio, o narrador encontra C. amarrado em uma cadeira, na sala de jantar de sua casa. A mulher e a filha estavam preparando o jantar. Ambas se sentam à mesa, junto ao homem morto, e servem-lhe um prato de comida. O narrador, inconformado com a situação diz: “Elas não se revoltam, como que acostumadas a ter entre si um morto. Não o sepultam não arrancam os cabelos uma da outra, sob acusações de traidora, de assassina! não o fazem” (MELLO, 2009, p. 31).

O mesmo não consegue compreender porque ocorre toda essa situação, justamente com a última morte que precisaria relatar para conquistar seu objetivo de tornar-se corpo. Para ele, o fato da família negar a morte de C. pode ser encenação por não aceitarem que um homem envenenado possa ser um cadáver.

Na verdade, essa negação da família em dar à C. o título de defunto pode ser interpretado como uma metáfora da negação da morte na sociedade recente, pois a morte acontece junto da família, todos percebem e sabem que C. está se contorcendo com o veneno, mas ninguém se move para socorrer ou ajudar o pai,



como se nada estivesse acontecendo. Há uma negação do momento da morte, não porque possa ter sido alguém da família que o matou, pois, se fosse, os mesmos não reagiriam dessa forma, mas simulariam uma situação em que C. poderia ter se envenenado, ou morrido de alguma outra forma. De todos os modos, a morte seria anunciada.

O autor, portanto, faz alusão à um comportamento comum diante da morte. Faz-se de tudo para mascarar a realidade. As famílias não querem mais ver seu parente morrer, as mesmas não se ocupam do cadáver e seu preparo para receber os ritos, o corpo morto não é mais velado em sua casa, mas em algum lugar distante, o finado recebe um tratamento especializado para que não pareça morto, mas que simule simpatia diante dos olhos dos que se despedem. No caso do romance, o fato de C. ser amarrado a uma cadeira na sala de jantar e estar incluso em todos os planejamentos de sua família, refeições, casamento da filha, conversas, etc. atesta que a mesma, mesmo sabendo que ele está morto, não quer reconhecer a morte como destino de C. Parafraseando Foucault (2000), a família quer ter o direito de “fazer” C. viver e de (não) “deixar” morrer (metaforicamente).

Retornando ao conflito do narrador, cuja morte não declarada de C. lhe impede de concluir seu objetivo final, pois, segundo ele: “Preciso de C. para constituir-me corpo tanto quanto ele precisa de mim para desaparecer [...] Ele é meu início, sou seu fim. [...] C. é minha continuação” (MELLO, 2009, p. 233), o narrador evidencia que sua tarefa é fazer com que os mortos desapareçam do convívio dos vivos, transformando-os em memória, e, ao mesmo tempo, ele precisa do corpo morto para se apropriar de partes e, assim, converter-se em humano, em vida.

O que o narrador faz, ao apropriar-se de restos e órgãos dos mortos que registra, funciona como se fosse um transplante metafórico. Ao selecionar e pegar partes de diferentes mortos, o narrador faz o mesmo processo que seria feito se fosse realizado um transplante real, que nada mais é do que introduzir em um paciente ainda vivo um órgão saudável de alguém que já morreu. No caso do romance, o que necessita o transplante também não está vivo, mas precisa do órgão para se tornar.



Segundo Macedo (2008), o transplante, na atualidade, é visto como um fator positivo da morte, pois, ao permitir que alguém continue vivendo, é considerado um ato de salvação. O fato de que alguém tem que morrer para que o transplante aconteça, apesar de ser primordial, fica em segundo plano, já que mencionar a morte, quando se fala em dar a vida, não seria adequado. Para ele,

130

Hoje, a morte foi levada para os bastidores da vida social, assim, não se fala sobre esse tema, mas é legítimo falar a respeito dos transplantes de órgãos, já que este, ao se propor a “dar a vida” para outra pessoa, representa uma maneira de positivar a morte” (p. 33).

O narrador menciona que será “[...] derivado daquilo que narr[a] esse reunido de órgãos, compêndio de gente dilacerada [...]” (MELLO, 2009, p. 138 – grifos da autora), e, como havia compilado vários restos e órgãos, necessitava de C. para finalizar seu transplante e, assim, voltar ao mundo dos vivos, pois há o relato no romance de que esse narrador já havia sido humano, porém acabou sendo estrangulado pela mãe, depois que esta soube que ele, ainda menino, havia empurrado a empregada da escada, deixando-a gravemente ferida. Sendo assim, o narrador deseja tanto voltar à vida porque já a experimentou.

Ao final do romance, quando o narrador percebe que, mesmo passando os dias, a família de C. não o declararia morto, decide roubar o corpo e leva-lo para a casa onde viveu na infância. Coincidentemente, o narrador pretende se apropriar de sua última vítima na mesma cidade em que nasceu e morou em vida. Seria este um desejo de voltar à sua vida antiga, de resgatar as memórias e experiências vividas?

Já em sua casa, juntamente com sua última vítima, o narrador finaliza sua jornada apropriando-se do corpo de C.:

Devo me dedicar, pois, ao consumo de toda a química que convém a quem precisa constituir para si um corpo inteiro e vivo. C. de carbono, C. de corpo. C. de cadáver. Começo por lambar o seu rosto putrescente e, com ele, ocupo toda a extensão da minha língua. Nela não cabe mais a palavra (MELLO, 2009, p. 249).



Desse modo, a narrativa termina. Ao final, sabe-se que o narrador conseguiu atingir seu objetivo final, mas o autor não descreve sua transformação em humano. Outro ponto que fica vago é o motivo pelo qual e quem realmente assassinou C. Esses e outros assuntos realmente são secundários na narrativa, uma vez que o mote central, além das narrativas de mortes paralelas, foi, para o narrador, matar simbolicamente C.

131

Considerações Finais

Diante das considerações teóricas sobre a História da morte no Ocidente e do conceito de biopolítica para a compreensão da morte na atualidade, conclui-se que na obra analisada consta, direta ou indiretamente, a problematização destas questões.

A biopolítica está presente no romance através da interpretação de que os familiares de C. pensavam que poderiam “deixa-lo” morrer quando quisessem e “faze-lo” viver, mesmo depois da morte, pois acreditavam que tinham o controle sobre a morte, através de sua negação, e sobre o corpo, que continuava presente no círculo familiar, denotando a manutenção da vida, mesmo que todos soubessem que já não havia.

Além disso, o narrador, através da apropriação dos corpos mortos, faz alusão ao transplante, mesmo que metafórico, pois aproveita o que lhe convém da morte para poder viver, o que seria o mesmo que acontece na realidade. A única diferença é que no romance o narrador precisa do que é do outro para voltar à vida, não se manter vivo.

O narrador do romance, que ocupa a função de protagonista, dialoga com o exposto na primeira sessão deste trabalho, ressaltando que a morte é temida, mas que, ao mesmo tempo, as sociedades não se erguem e nem resistem sem que a mesma exista.



Se, por um lado, a família de C. tenta negar sua morte, metaforizando o sentimento presente na contemporaneidade sobre o tema, por outro há o narrador, que precisa anunciar e controlar as mortes que acontecem em Minas Gerais, servir-se dos restos dos corpos para se transformar, o que denota a evolução da sociedade, ou seja, que a partir de mortes, a história e o espaço se transformam e evoluem.

Deste modo, comprova-se que a Literatura é um espaço pertinente para a discussão, análise e relação da História e evoluções das sociedades sobre determinados temas. No caso específico da obra analisada, percebeu-se que o autor dialoga diretamente com o postulado na teoria, o que demonstra que o pensamento e as práticas sociais e culturais são fatores inerentes aos seres humanos e que evidenciam muito sobre o ambiente e o tempo em que vivem ou viveram.

Referências

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Trad. Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Trad. Luiz Claudio do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. **A Morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.



MACEDO, Juliana Lopes de. *A subversão da morte: um estudo antropológico sobre as concepções de morte encefálica entre médicos*. 2008. 173f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MELLO, Carlos de Brito e. **A passagem tensa dos corpos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

133